



Sintunesp

Publicação especial com os debates e deliberações do
IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp

GESTÃO
'TRABALHO,
UNIÃO,
PERSEVERANÇA
E LUTA'
(2009-2012)

“Nossas lutas, nossos direitos: Sintunesp somos nós”



*IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp
Águas de São Pedro,
15 a 18 de novembro de 2011*

**Cobertura dos debates e resoluções que
serão o farol da nossa luta em 2012**

Sumário

Nossas lutas, nossos direitos: Sintunesp somos nós.....	3
Um balanço do triênio 2008/2011: Conquistas e desafios	4
Os temas debatidos no IX Congresso	
Luta pela volta da paridade. Campanha pelo voto nulo	5
Assédio moral, o mal que adocece a alma	6
A aposentadoria especial e o servidor público	8
Equiparação salarial: A luta vai prosseguir	9
A relação do Sintunesp com as centrais sindicais	11
Campanha de filiação	11
As deliberações aprovadas no IX Congresso	12
Moções.....	14
Alterações estatutárias.....	15
Imagens do IX Congresso	16



Comissão organizadora do IX Congresso

- . Sidival Antunes de Carvalho (FE/Ilha Solteira) – Presidente
- . Rosana Aparecida Bicudo da Silva (IB/Botucatu)
- . João Carlos Camargo de Oliveira (Ibilce/Rio Preto)
- . Alice da Silva Leite Vieira (FFC/Marília – Aposentada)
- . Aparecida Saturnino Romero Mesquita (Ibilce/Rio Preto)

Na foto, da esq. p/ a dir., os membros da Comissão Organizadora Sidival, Rosana, João Carlos e Aparecida, com os funcionários do Sintunesp José Aparecido Rosalen, Noemi Segecs Lapa e Rosângela Aparecida Calvi.

Nossas lutas, nossos direitos: Sintunesp somos nós

Esta publicação é especialmente destinada à cobertura dos debates e resoluções aprovadas durante o IX Congresso da categoria, realizado de 15 a 18 de novembro de 2011, em Águas de São Pedro.

O slogan do evento – “Nossas lutas, nossos direitos: Sintunesp somos nós” – deu o tom nas exposições e debates sobre os temas abordados.

A mesa de abertura do Congresso contou com a presença de Alberto de Souza, coordenador político do Sintunesp; Denise Rykala, diretora do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps); do professor Trajano Pires da Nóbrega Neto, superintendente do Unesp Saúde; dos servidores Sidival Antunes de Carvalho (presidente da Comissão Organizadora do IX Congresso), Ana Paula da Silva Alves, (vice-presidente da Associação dos Servidores do campus de Assis) e Eduardo José Teixeira Fortes (presidente da ASFEL/Botucatu).

Coube ao coordenador político do Sindicato fazer um balanço dos últimos três anos, desde a realização do VIII Congresso, no final de 2008. “As vitórias conseguidas pelo Sintunesp neste período foram fruto da ação coletiva e unitária das forças que o compõem, fruto do debate coletivo, franco e democrático de ideias e concepções e da retirada de posições políticas conscientes”, resumiu Alberto.

A partir de palestras e debates (nos grupos e na plenária geral), foi discutida a maioria dos assuntos que dizem respeito, direta e indiretamente, à nossa categoria. É o caso da aposentadoria, do assédio moral, da equiparação salarial, da democratização das estruturas de poder da universidade e da relação do Sintunesp com as centrais sindicais.

Após os debates, foi aprovado um plano de lutas, que deverá nortear a ação do Sintunesp no próximo período (veja nas páginas 12 e 13).

Esta publicação especial do Sintunesp traz um apanhado das palestras e resoluções e convida você,



A mesa de abertura do IX Congresso contou com a presença de representantes de associações e do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza

servidor, a ler e a refletir sobre o conteúdo que ocupa as páginas a seguir.

Lembre-se: Trabalhador informado não se deixa enganar! Trabalhador consciente sabe lutar por seus direitos!

Avaliar para avançar

Um balanço do triênio 2008/2011: Conquistas e desafios

Logo no início do IX Congresso, o coordenador político do Sintunesp, Alberto de Souza, fez uma avaliação dos três anos decorrentes desde a realização do VIII Congresso, realizado em novembro de 2008.

Falando em nome da diretoria atual da entidade, Alberto destacou que o balanço parte da realidade sobre a qual atuamos. “Para que possamos avançar no próximo período, temos que considerar nosso potencial e os limites que foram impostos ao nosso Sindicato.”

Ele lembrou os principais pontos aprovados no plano de lutas do último congresso, que conclamava a nossa categoria à mobilização e à união com a classe trabalhadora para avançarmos em nossas conquistas. No plano geral, destacou a luta contra as reformas neoliberais (previdenciária, sindical, trabalhista, educação etc) e por mais verbas para a educação como um todo. No plano específico, ressaltou a luta pela isonomia salarial entre as três universidades estaduais paulistas, contra a desvinculação dos hospitais universitários, pela democratização das instâncias de poder na Unesp (paridade, já!), por aumento do subsídio ao Unesp Saúde, combate às contratações via terceirizadas e fundações.

“Passados estes três anos, vemos que tivemos muitas batalhas. Avançamos em muitos pontos, tivemos conquistas, mas ainda aquém do que temos direito”, disse. Alberto ponderou que o movimento sindical, de conjunto, enfrenta problemas que impedem as catego-



rias de obterem vitórias mais significativas, mesmo aquelas que são representadas por sindicatos combativos. “A unidade dos movimentos vem decaindo e, com isso, não produzimos uma força capaz de avançar para combater os nossos governantes e implementar as nossas reivindicações.”

Frisando a importância da participação do Sintunesp em lutas unificadas com outras categorias, ele lembrou a batalha por mais verbas para a educação, que atualmente materializa-se na campanha pelos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública. Também citou as lutas conjuntas no âmbito do Fórum

das Seis, em especial nas datas-base, por mais recursos para a permanência estudantil, entre outras. Nos anos de 2009 a 2011, coube ao Sintunesp e à Adunesp a coordenação política do Fórum.

Alberto lembrou os vários debates dos quais o Sintunesp participou, em defesa da manutenção do vínculo dos hospitais universitários às universidades. “Infelizmente, nossa categoria não teve forças suficientes para fazer frente a este ataque do governo estadual e o hospital de Botucatu foi desvinculado”, lamentou.

Ação conjunta com as Associações locais

O coordenador político do Sintunesp enfatizou a importância de o Sindicato estreitar os laços com as Associações locais de servidores, como tem feito nos últimos anos. Essa aproximação consolida-se, a cada ano, com a realização dos já tradicionais encontros entre Sintunesp e Associações.

A montagem do “Chapão” para disputar as eleições aos órgãos colegiados centrais da Universidade também foi elencada como fundamental. “Embora continuemos firmes na luta pela volta da paridade de representação nestes órgãos, é indiscutível que a ação organizada e combativa dos representantes eleitos pelo “Chapão” tem trazido avanços para a nossa categoria”, disse. A realização das prévias às reuniões dos órgãos colegiados também foi destacada como um fruto da mobilização conjunta



O coordenador político do Sintunesp, Alberto de Souza, apresentou um balanço sobre a trajetória da entidade desde o último congresso



entre Sindicato e Associações.

“Todas estas iniciativas reforçam o papel importante do Sintunesp, fazendo com que as opiniões de nossa entidade e dos representantes nos órgãos colegiados influenciem cada vez mais nos rumos da nossa Universidade e nas nossas reivindicações”, resumiu.

Estabilidade organizativa e financeira

A direção do Sintunesp constituiu-se pela Diretoria Colegiada, Conselho Diretor de Base e Conselho Fiscal. “O papel da Diretoria Colegiada é encaminhar, da melhor forma possível, tudo o que é deliberado nos congressos, assembleias e reuniões de Diretoria e Conselho Diretor”, destacou Alberto.

Ele acha que a entidade avançou na forma de organização do departamento jurídico. “Ganhamos no enfrentamento de questões que afetam a nossa categoria. Apesar de algumas reclamações, temos tido êxitos nas nossas demandas,

mesmo com a lentidão da justiça.”

Quanto à comunicação, considera que tem sido mais ágil, através dos boletins, jornais e *site*. “O desafio é aperfeiçoar a distribuição dos materiais em algumas unidades, onde ainda temos dificuldades”, disse.

Para ele, nos últimos anos, também podemos afirmar que o Sintunesp tem estabilidade financeira, paga em dia suas contas, cumprindo assim seus compromissos. “Desta forma, podemos realizar todos os atos, reuniões, assembleias e outros eventos em que fomos chamados. A transparência com os dados da entidade tem sido entendida como fator fundamental para o funcionamento democrático da entidade, por isso a prestação de contas é feita periodicamente através dos nossos meios de comunicação.”

A batalha da equiparação salarial continua em 2012

Para o coordenador político do Sintunesp, a equiparação foi o centro

da luta dos servidores em 2010 e 2011. “Era uma reivindicação antiga dos trabalhadores da Unesp, que ganhou uma dimensão ainda maior a partir de 2010, quando o Cruesp deu um reajuste diferenciado de 6% aos docentes”, lembrou.

A equiparação dos salários iniciais da Unesp (o fundamental em 2010 e os de níveis médio e superior em agosto/2011) corrigiu as diferenças em relação aos salários praticados por USP e Unicamp, que eram de 27,63% a 40,71%. Hoje, com o aumento do piso na USP, esta diferença voltou a ser expressiva.

O anúncio do resgate de novas promoções (apenas duas foram incorporadas até o momento, sendo uma por escolaridade e uma por desempenho) é um avanço, mas ainda temos muito a conquistar em 2012. *(Leia mais sobre a equiparação nas páginas 9 e 10).*

“Nossos direitos deverão ser respeitados e vamos fazer valer. Em ano eleitoral, devemos avançar nas nossas lutas”, encerrou Alberto.

Os temas debatidos no IX Congresso

Igualdade, já!

IX Congresso conclama categoria a lutar pela volta da paridade. Sintunesp fará campanha pelo voto nulo

Voto nulo em todas as eleições realizadas na Universidade, com avaliação em assembleia geral após a próxima eleição para reitor.

Esta foi uma das principais decisões do IX Congresso no tópico que discutiu a necessidade de democratização das estruturas de poder da Universidade. A iniciativa é uma reação da categoria à ausência de paridade nas eleições de dirigentes da Universidade, bem como na representação nos órgãos colegiados. Enquanto os docentes contam



com 70% do peso, servidores e estudantes têm que se contentar com

apenas 15% cada.

Considerando o mecanismo como retrógrado, reacionário e antidemocrático, a reivindicação é que os três segmentos tenham o mesmo peso.

É sempre relevante lembrar que a Unesp contava com eleições paritárias desde 1983, como produto direto da luta de sua comunidade, processo que foi, posterior-



Os temas debatidos no IX Congresso

mente, referendado no Estatuto da Universidade, aprovado em 1988. Esse quadro só mudou a partir de 1996, quando a Unesp adequou-se à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei 9.394/96). Essa adequação, muito mais do que uma exigência legal, foi uma desnecessária submissão do Conselho Universitário (CO) às leis federais de restrição à autonomia universitária.

Os delegados presentes ao IX Congresso questionaram o não cumprimento das deliberações aprovadas e inseridas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp, que determinam à Universidade que abra o debate nos órgãos colegiados sobre o assunto, aprovando uma moção sobre o tema(veja a seguir).

Moção

Em defesa da abertura do debate sobre a democratização das estruturas de poder na Unesp: que se cumpra o deliberado no PDI

Os delegados presentes no IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp, realizado em Águas de São Pedro, de 15 a 18 de novembro, manifestam-se pelo cumprimento das deliberações aprovadas e inseridas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp, que determinam à Universidade que abra o debate nos órgãos colegiados sobre a necessidade de democratização das estruturas de poder da instituição.

Neste debate, queremos especial destaque para a volta da paridade entre os três segmentos (servidores, docentes e estudantes) em todas as instâncias colegiadas da Universidade, bem como nos pleitos para escolha de seus dirigentes.

Em pleno século 21, os servidores consideram inaceitável que uma instituição que deveria ser a vanguarda do pensamento democrático e do conhecimento na sociedade conviva com a odiosa discriminação de parte de sua comunidade, relegando-a à condição de cidadãos de segunda classe. Não à discriminação! Paridade, já!

*Águas de São Pedro, 18 de novembro de 2011.
IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp*

Assédio moral

O mal que adocece a alma

Um dos temas que mais envolveu os delegados no IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp foi o assédio moral. Regina Leal, servidora da USP de Ribeirão Preto e integrante da Rede Nacional de Combate ao Assédio Moral, do Núcleo de Pesquisa em Assédio Moral, fez uma emocionante exposição sobre o assunto.

Técnica de laboratório, Regina foi vítima de assédio moral no local de trabalho durante anos seguidos. Em agosto de 2011, a USP foi condenada a lhe pagar uma indenização de R\$ 70 mil por danos morais, referente a uma acusação de assédio moral por parte do seu superior hierárquico, o professor Heitor Franco de Andrade, da Faculdade de Medicina de capital, no final de 2000. A decisão foi proferida pela 74ª Vara



do Trabalho de São Paulo. Além de tratá-la de modo diferenciado, com brincadeiras de mau gosto e humilhações de todo tipo, o superior chegou a acusá-la de roubo de um microscópio que, posteriormente, foi encontrado em outro laboratório.

Regina chegou a entrar em depressão e foi afastada pelo INSS.

Ela foi a primeira trabalhadora do país a ter o CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho) por assédio moral reconhecido por órgão federal. A ação foi impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp). A amarga experiência trouxe-lhe amadurecimento e consciência de que o assédio moral não é um problema individual de alguns trabalhadores, mas sim parte das relações de trabalho no capitalismo. Essa compreensão levou-a a iniciar a militância contra o assédio moral nas relações de trabalho. “A partir daí, nunca mais parei de lutar e de me indignar contra as injustiças”, disse Regina.

Conceituando

Em sua exposição, Regina



Os temas debatidos no IX Congresso

procurou conceituar o assédio moral. Citando Leymann (1996), ela explicou que se trata de “uma forma de terrorismo psicológico que se manifesta pelo encadeamento, num período bastante longo, de propósitos e de atuações hostis que, tomados separadamente, podem parecer insignificantes, mas cujas repetições constantes têm efeitos perniciosos.”

Segundo a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (2002), “é um comportamento repetido, que coloca em risco a saúde e segurança no trabalho”.

Para Marie-France Hirigoyen (2002), é “qualquer conduta abusiva que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho.”

Ainda segundo Marie-France, o assédio moral tem as seguintes características:

1- Deterioração proposital das condições de trabalho

- Retirar da vítima a autonomia.
- Não lhe transmitir mais as informações úteis para a realização de tarefas.
- Contestar sistematicamente todas as suas decisões.
- Criticar seu trabalho de forma injusta ou exagerada.
- Privá-lo do acesso aos instrumentos de trabalho: telefone, fax, computador...
- Retirar o trabalho que normalmente lhe compete.
- Dar-lhe permanentemente novas tarefas.
- Atribuir-lhe proposital e sistematicamente tarefas inferiores ou superiores às suas competências.
- Pressioná-la para que não faça valer seus direitos (férias, horários, prêmios).
- Agir de modo a impedir que obtenha promoção.



Regina Leal: de vítima a militante em defesa dos trabalhadores contra o assédio moral. Lições de vida e de cidadania

- Atribuir à vítima, contra a vontade dela, trabalhos perigosos.
- Atribuir à vítima tarefas incompatíveis com sua saúde.
- Causar danos em seu local de trabalho.
- Dar-lhe deliberadamente instruções impossíveis de executar.
- Não levar em conta recomendações de ordem médica indicadas pelo médico do trabalho.
- Induzir a vítima ao erro.

2- Isolamento e recusa de comunicação

- A vítima é interrompida constantemente.
- Superiores hierárquicos ou colegas não dialogam com a vítima.
- A comunicação com ela é unicamente por escrito.
- Recusam todo o contato com ela, mesmo o visual.
- É posta separada dos outros.
- Ignoram sua presença, dirigindo-se apenas aos outros.
- Proíbem o colega de lhe falar.
- Já não a deixam falar com ninguém.
- A direção recusa qualquer pedido de entrevista.

3 - Atentado contra a dignidade

- Utilizam insinuações desdenhosas para qualificá-la.
- Fazem gestos de desprezo diante dela (suspiros, olhares desdenhosos, levantar de ombros).
- É desacreditada diante de colegas, superiores ou subordinados.
- Espalham rumores a seu respeito.
- Atribuem-lhe problemas psicológicos (dizem que é doente mental).
- Zombam de suas deficiências físicas ou de seu aspecto

físico; é imitada ou caricaturada.

- Criticam sua vida privada.
- Zombam de sua origem e de sua nacionalidade.
- Implicam com suas crenças religiosas ou convicções políticas.
- Atribuem-lhes tarefas humilhantes.
- É injuriada com termos obscenos ou degradantes.

Indicação de leitura

Para os que desejam saber mais sobre o tema, Regina Leal indica a leitura do livro “Do assédio moral à morte em si”, de autoria de Margarida Barreto, Nilson Berencheim Netto e Lourival Batista Pereira.

Contatos da palestrante

E-mails: rleal@usp.br e reginaleal@usp.br
Fones: 16-97195683 (Vivo), 16-3602-3945 (USP), 16-8142-6511 (TIM)
Para saber mais sobre o tema: assediomoral.org.br

Encaminhamentos do IX Congresso

Considerando o assédio moral como um problema grave, inclusive na Unesp, o IX Congresso aprovou um conjunto de resoluções (veja na página 12) para combater e prevenir o problema, entre elas a deflagração de uma grande campanha de orientação sobre o tema, além de cobrar da reitoria ações de esclarecimento e prevenção.

Os temas debatidos no IX Congresso

A aposentadoria especial e o servidor público

A aposentadoria especial foi um dos temas debatidos durante o IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp, a partir da exposição proferida pelo advogado Júlio César Teixeira de Carvalho, da assessoria jurídica do Sintunesp. A seguir, confira texto produzido por ele sobre o tema:

A Constituição Federal garante a possibilidade de uma aposentadoria diferenciada, ou seja, especial, para os servidores públicos titulares de cargos efetivos. A condição é que laborem sob condições de risco ou especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física. No entanto, a Constituição deixou a regulação desse direito ao legislador infraconstitucional, ao estabelecer a necessidade de edição de lei complementar, conforme preceituado no parágrafo 4º, de seu artigo 40.

Contudo, a inércia do legislador infraconstitucional, obviamente, não pode servir de óbice para a concessão da aposentadoria diferenciada ou especial, trazida na Constituição Federal, até que se supra a lacuna legal com a edição da mencionada lei complementar. Para garantir o direito, em termos de ações judiciais, já há algumas iniciativas. Num primeiro momento, foi empreendido o manejo do denominado mandado de injunção, perante o Supremo Tribunal Federal. O STF supriu a omissão legislativa, estendendo aos servidores públicos a norma do artigo 57, parágrafo 1º, da Lei 8.213/91.

Porém, ante a incompatibilidade do Regime Geral de Previdência Social – INSS, regido pela mencionada lei, e o Regime Próprio dos Servidores Públicos, outras medidas judiciais foram utilizadas. É o caso das ações individuais, que chegaram até a obter procedência em primeira instância, determinando-se que o servidor público autor, ante o preenchimento das regras previstas no dispositivo legal acima citado, se aposentasse com proventos integrais.

Ocorre que, na oportunidade de interposição dos respectivos recursos, os entes públicos, ao apelarem, obtêm o chamado duplo efeito em seu recurso. Isso significa que a decisão fica suspensa até o julgamento do recurso, isso tanto em



O advogado Júlio César Teixeira de Carvalho, do Sintunesp

segunda instância, quanto na interposição de eventual recurso com destino a Brasília, geralmente por meio do recurso extraordinário, haja visto tratar-se de matéria constitucional.

Tendo em vista o fato de que não é possível ao Poder Judiciário criar leis, mas apenas aplicá-las, nos deparamos com um grande entrave. A chegar ao STF, a matéria deverá aguardar o que efetivamente dispuser a lei complementar correspondente, sob pena de violar o princípio da separação dos poderes, suspendendo, assim, o trâmite do processo judicial.

As constantes demandas judiciais propostas pelos servidores públicos, em busca da aposentadoria especial, fizeram com que a administração pública editasse a Orientação Normativa SRH/MP No- 6, de 21 de junho de 2010, e a Instrução Normativa MPS/SPS 1, de 22 de julho de 2010. Elas foram exaradas, respectivamente, pelo Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Secretário de Políticas de Previdência Social, o que é fruto das constantes conquistas

perante o Poder Judiciário.

Paralelamente às demandas judiciais em busca da aposentadoria especial para o servidor público, anteriormente descritas, tramitam no Congresso Nacional dois projetos de lei que pretendem regulamentar a aposentadoria especial do servidor público. São eles: o PLP 554-10, regulando a aposentadoria especial aos servidores públicos que exerçam atividade de risco, e o PLP 555-10, voltado aos servidores públicos titulares de cargo efetivo, cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais, que prejudiquem a sua saúde ou integridade física.

Verificando-se os trâmites junto ao Congresso, temos atualmente que o PLP 554/2010 se encontra mais adiantado, estando desde 28/09/2011 no plenário, ao passo que o outro projeto de lei teve requerida sua apresentação com urgência.

Diante disso, mostra-se imperioso que os servidores, por meio de seus órgãos representativos de classe, se unam de maneira mais efetiva, com o fim de pressionar o Legislativo, visando a mais breve regulamentação dos mencionados projetos de lei e suas respectivas eficácias. Com isso, estariam contemplados, inclusive, aqueles que já teriam direito de se valer das regras relacionadas à aposentadoria especial, ressaltando-se a plena possibilidade de ingresso em juízo, dificultada pelo entrave entre os Poderes Judiciário e Legislativo, descrito neste artigo. Por isso, o servidor deve estar atento e cauteloso com promessas de resultados, feitas por muitos advogados, mas sem qualquer garantia efetiva.

Contatos do palestrante

E-mail: julio@michelaoribeiro.com.br

Fone: 14-3879-6310



Os temas debatidos no IX Congresso

Equiparação salarial: A luta vai prosseguir

Tema central na agenda dos servidores da Unesp desde o meio de 2010, a equiparação salarial também foi um dos assuntos mais discutidos durante o IX Congresso do Sintunesp. Lívia Karina de Almeida, da Pró-reitoria de Administração – Coordenadoria de Recursos Humanos - CRH da Reitoria e membro do Grupo Técnico de Planejamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, fez uma exposição aos delegados presentes.

Ela historiou o processo de equiparação desde o início, em 2010, e afirmou que, naquele momento (novembro 2011), a fase era de correções. “Estamos com 85% a 90% dos enquadramentos feitos”, disse.

Lívia ouviu muitas perguntas e manifestações de descontentamento por parte dos delegados. James Reginaldo R. Motta, de Araraquara, por exemplo, criticou o fato de que uma segunda graduação não tenha nenhum valor para a Universidade. “A Unesp deveria resgatar toda a evolução funcional desde o início da carreira de cada servidor. Ao contrário disso, tudo o que fizemos antes foi jogado no lixo”, frisou.

“A desmotivação é grande”, completou Gustavo Silveira, de São José do Rio Preto. Para ele, o servidor fica sem estímulo para estudar e se aperfeiçoar, pois isso não significa que terá uma condição melhor na carreira do que o colega que não fez nada disso.

João Carlos Camargo de Oliveira, da Diretoria Colegiada do Sintunesp, disse que todas as críticas feitas naquele momento já haviam sido insistentemente expostas pelo Sintunesp e representantes dos servidores no CADE e que pouco foi considerado. “Algo virá no ano que vem, porque haverá eleição para reitor, mas certamente teremos muito a conquistar”, finalizou.

Contato com a palestrante

E-mail: livia@reitoria.unesp.br

O que foi aprovado

Após o debate sobre o tema, os delegados presentes ao IX Congresso aprovaram a continuidade da luta pela real equiparação, estabelecendo um conjunto de reivindicações (*veja nas páginas 12 e 13*). Entre elas, a recuperação de toda a evolução funcional após a equiparação, respeitando-se o mérito do servidor; que sejam considerados como tempo efetivamente trabalhado todos os afastamentos classificados como de efetivo exercício (licença-prêmio, licença maternidade e paternidade etc.); que seja levada em conta mais de uma graduação etc.

Na plenária final, foram aprovadas duas moções relacionadas ao tema (*a seguir*).



Os temas debatidos no IX Congresso

... equiparação salarial

Moção**Em defesa da equiparação salarial com os servidores da USP**

Os delegados presentes no IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp, realizado em Águas de São Pedro, de 15 a 18 de novembro, manifestaram-se pelo cumprimento, por parte da reitoria da Unesp, dos compromissos assumidos em 2010, visando à equiparação com os pisos pagos aos servidores da USP.

Como é do conhecimento geral, em 2010 a reitoria da Unesp, à época conduzida pelo reitor Herman Voorwald e pelo vice-reitor Julio Cezar Durigan, empenhou a palavra de que promoveria a equiparação salarial com a USP. No entanto, o desenrolar dos fatos mostrou que o compromisso seria jogado na lata de lixo. Em seu lugar, a categoria de servidores da Unesp recebeu uma minguada “equiparação” com os pisos pagos anteriormente na USP, que são muito menores do que os atuais.

Desta forma, os delegados presentes ao IX Congresso reivindicam que a reitoria da Unesp deixe de ignorar as justas demandas dos trabalhadores, especialmente no momento em que a Universidade desfruta de ótima situação financeira. Também reivindicam que a reitoria faça a opção política por valorizar aqueles que colocam, com o seu trabalho, a Unesp entre as melhores universidades do país.

. Pela imediata implantação e aplicação, depois de aprovadas nos órgãos colegiados, das correções das distorções e promoções que não foram efetivadas na primeira fase da equiparação.

. Pela continuidade dos estudos e das negociações, de fato, para a efetiva equiparação com a USP.

*Águas de São Pedro, 18 de novembro de 2011.
IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp*

Moção**Repúdio à postura da coordenadora da CRH da reitoria no processo de equiparação**

Os delegados presentes no IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp, realizado em Águas de São Pedro, de 15 a 18 de novembro, manifestaram seu repúdio à conduta da coordenadora da CRH da Reitoria, Emília Gaspar Tóvoli, durante o processo de discussão e implantação da equiparação salarial dos servidores da Unesp aos da USP e da Unicamp, ainda inconcluso.

Como é de conhecimento amplo da comunidade, a mobilização dos servidores da Unesp, em 2010, levou a reitoria a propor a equiparação como forma de substituição da reivindicação de isonomia de reajuste com os docentes, uma vez que o Cruesp havia concedido 6% somente a eles. Diante deste fato, o Grupo de Reestruturação do Plano de Carreira elaborou estudos que redundaram na proposta que foi submetida ao CADE em outubro de 2010. Tal proposta previa a equiparação dos pisos e, também, a adequação da situação dos servidores com mais tempo de casa, de modo a contemplar as promoções por eles conquistadas ao longo de sua vida funcional.

Para surpresa e indignação da categoria, frente à quebra de compromisso da reitoria, que deformou a proposta submetida ao CADE, a coordenação da CRH passou a ignorar toda a discussão e encaminhamentos feitos anteriormente.

A esta lamentável postura de subserviência e ausência de qualquer resquício de autonomia, soma-se um conjunto de posturas hostis aos interesses dos servidores, que deveriam ser a razão de existir da CRH: falta de transparência no debate e na divulgação de informações, discussão insuficiente, falta de informações e treinamento aos RHs locais para a condução adequada deste processo tão importante para os servidores.

Registre-se, também, a postura danosa de alguns RHs locais, que não prestam os esclarecimentos necessários aos servidores.

*Águas de São Pedro, 18 de novembro de 2011.
IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp*

Os temas debatidos no IX Congresso

A relação do Sintunesp com as centrais sindicais

Em 2004, durante o VII Congresso do Sintunesp, os delegados aprovaram que a entidade deveria se desfiliar da CUT e passar a acompanhar de perto as atividades promovidas pela Conlutas. Assim, o Sindicato enviou representantes ao Congresso Nacional dos Trabalhadores (Conat), em 2006, e ao primeiro Congresso Nacional da Conlutas, em 2008, realizado em Betim (MG).

No VIII Congresso, realizado em 2008, o tema voltou à discussão e, após um prolongado debate, a opinião da maioria dos delegados indicou a necessidade de aprofundar a discussão sobre o assunto na base, remetendo a questão sobre filiação a uma central sindical para os próximos congressos.

No IX Congresso, realizado em novembro de 2011, a intenção era dar prosseguimento ao assunto, trazendo um



representante de cada central para um debate. No entanto, apenas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) pôde aceitar o convite, enviando ao Congresso Marcelo Renato Fiorio, eletricitário de Rio Claro e secretário de Política Sindical e de Organização da CUT estadual de São Paulo. Ele fez um rápido resgate da história da CUT e de seus desafios atualmente. Lembrou que a CUT foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, durante o 1º

Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). “Atualmente, a Central está presente em todos os ramos de atividade econômica e é a maior do país e da América Latina, a quinta no mundo”, disse Marcelo, informando os números da CUT: 3.438 entidades filiadas, 7.464.846 trabalhadoras e trabalhadores associados e 22.034.145 trabalhadores e trabalhadoras na base.

Os contatos do palestrante

E-mail: marcelo@cutsp.org.br

Fones: 11-9993-8629 e 19-9266-5932

Decisão do IX Congresso

Os delegados presentes ao IX Congresso consideraram que a ausência de representantes de outras centrais sindicais prejudicou as discussões. A decisão foi por seguir aprofundando o assunto na categoria, divulgando materiais e promovendo, quando oportuno, a discussão do tema em assembleias, reuniões do Conselho Diretor etc, se possível com a presença de representantes das centrais.

Não fique só! Fique sócio!

Sindicato forte é sindicato com muitos filiados. IX Congresso aprova ações de filiação

A necessidade de ampliar o quadro de filiados ao Sintunesp, de modo a fortalecer a organização de base e as lutas da categoria, foi um outro ponto debatido entre os delegados presentes ao IX Congresso.

Para isso, foram aprovadas algumas iniciativas, como a realização de um “Dia de Filiação” e a publicação de uma cartilha, tendo como meta atingir um percentual de 50% do total de servidores técnico-administrativos da Unesp até o próximo congresso.

Se você ainda não é sindicalizado, chegou a hora! Fortaleça a entidade representativa da categoria, some-se às lutas, usufrua os direitos que estão à disposição dos filiados (acesso à informação, através de boletins e jornais; assistência jurídica, participação efetiva nas lutas coletivas da categoria).

Não fique só! Fique sócio!



Plenária final

As deliberações aprovadas no IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp

Centrais sindicais

- Com a presença de apenas uma Central Sindical (CUT), as discussões foram prejudicadas.
- Aprofundar as discussões necessárias para que toda a comunidade participe, enviando materiais para as bases e promovendo, quando oportuno, a discussão do tema nas reuniões (Assembleia Geral, Conselho Diretor) com as centrais, objetivando melhores informações.
- Divulgar o tema através de jornal, para que a discussão atinja o máximo de servidores.

Democratização das instâncias de poder da Unesp

- Voto nulo em todas as eleições realizadas na Universidade, com avaliação na primeira Assembleia Geral após a eleição para reitor.
- Moção de repúdio pelo não cumprimento ao aprovado no PDI (abertura do debate sobre paridade e democratização das instâncias de poder na Universidade) e, também, pelo não atendimento das solicitações feitas pelos representantes nos órgãos colegiados.
- Enviar ofício ao Reitor para que cumpra o previsto no Estatuto da Unesp e no PDI quanto à realização de Assembleia Universitária.
- Enviar ofício ao Reitor e à PRAD, solicitando a criação, nas unidades, de uma estrutura (por exemplo, câmara, comissão) composta por técnicos administrativos, garantindo-se a representação de todos os setores e áreas da Universidade (Administrativa, Acadêmica, Serviço, STI, STBD, dos Departamentos, Laboratórios etc.). Especial atenção na composição desta estrutura nas Unidades Experimentais, uma vez que estas não possuem um colegiado para discussões de questões do corpo técnico-administrativo.



Assédio moral

- Ao Sintunesp, ações de esclarecimento sobre assédio moral: Tarja no jornal e no site da entidade, com link do site assediomoral.org, para que as pessoas possam acessar e consultar.
- Aproveitar o material da expositora Regina Leal (divulgar as charges).
- Fazer trabalho preventivo para que não aconteçam casos de assédio moral.
- Cobrar da Reitoria ações de esclarecimento e prevenção, inclusive através dos órgãos colegiados, sobre assédio moral junto aos trabalhadores da Universidade.
- Iniciar uma grande campanha com orientação sobre o tema.
- Realização, nas unidades, de palestras, exposição, cursos etc.
- Ações que forneçam orientações a respeito de assédio moral. Não somos obrigados a suportar a falta de capacidade dos chefes.
- Pautar o assunto nas assembleias locais
- Ações conjuntas com a Adunesp e a Coordenadoria de Saúde, assim como

com outras instituições (sindicatos, associações e universidades) sobre o tema.

Equiparação salarial

- Implantação e aplicação imediata, depois de aprovadas nos órgãos colegiados, das correções das distorções e promoções que não foram efetivadas na primeira fase da equiparação.
- Continuidade dos estudos para efetiva equiparação com a USP.
- Escolaridade: levantamento dos servidores que protocolaram requerimento antes da nova legislação.
- Orientação para que os mesmos protocolarem novamente a solicitação de evolução funcional; na hipótese de indeferimento, que seja acionada a AJ do Sindicato para possível ação judicial, após a finalização dos estudos em março de 2012.
- Encaminhar ofício ao Reitor e à PRAD, requerendo acesso ao relatório do grupo da carreira, possibilitando aos servidores técnico-administrativos prazo para conhecimento, discussão e ma-



Plenária final**... as deliberações aprovadas**

nifestação, antes da apreciação pelos colegiados centrais.

– Que a equiparação tenha seus reflexos em grau e nível, e não em “aumento salarial”: um grau para “mérito” e um nível para “escolaridade”. O aumento da gratificação de representação não pode ser considerado ‘carreira’.

– Que, após a equiparação salarial, toda a evolução funcional seja recuperada, respeitando-se o mérito do servidor (a equiparação salarial ocorreu apenas na inicial).

– Que sejam considerados como tempo efetivamente trabalhado todos os afastamentos classificados como de efetivo exercício (licença-prêmio, licença maternidade e paternidade etc.).

– Considerar mais de uma graduação.

– Rever análise dos certificados de eventos para que seja considerada a carga horária total (exclusão de palestras consideradas não relativas à atividade exercida).

- Moção de repúdio nominal à Coordenadora de Recursos Humanos.

- Moção pelo não atendimento das solicitações dos servidores técnico-administrativos nos órgãos colegiados.

- Moção de repúdio nominal aos diretores que votaram contra a deliberação de suas congregações.

- Continuar a luta pela real equiparação.

Questões jurídicas

- Intensificar o trabalho jurídico nas unidades.

- Apresentar relatório nos meses de junho e novembro para a divulgação do andamento dos processos.

- Divulgar a forma de acesso para o servidor fazer a sua consulta.

Aposentadoria especial

- Ação conjunta com demais servidores públicos de forma a pressionar o Congresso Nacional a aprovar essa lei.



- Publicar, através de boletim, alerta aos servidores quanto às promessas dos advogados particulares.

- Sugestões: “Dia de filiação”, cartilha e outras ações.

Filiação

- Intensificar ações de filiação, tendo como meta atingir um percentual de 50% do total de servidores técnico-administrativos da Universidade, até o próximo Congresso.

Representatividade das Experimentais

- As unidades que tiverem até cinco filiados poderão participar dos próximos Congressos do Sintunesp enviando um convidado, com direito a voz.

Plenária final

Outras moções aprovadas

Além das moções relacionadas à equiparação salarial (veja na pág. 10) e à democratização das estruturas de poder da Universidade (pág. 6), o IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp aprovou outras moções, que traduzem o posicionamento dos delegados sobre questões polêmicas no momento da realização do evento. São elas:

Em defesa da isonomia de reajustes e de direitos nas universidades estaduais paulistas

Os delegados presentes no IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp, realizado em Águas de São Pedro, de 15 a 18 de novembro, manifestam-se em defesa da isonomia de reajustes salariais e de direitos nas universidades estaduais paulistas.

Este posicionamento parte de três fatos que os delegados consideram muito preocupantes:

- A concessão de reajuste diferenciado para os docentes na data-base de 2010;
- O pagamento de pisos diferenciados para os servidores nas três universidades, com discrepâncias gritantes entre o que é recebido na Unesp e na Unicamp, em relação à USP;
- A circulação de informações de que estariam em pauta no Cruesp alterações salariais na carreira docente, visando a uma suposta adequação às recentes reformas aprovadas nessas instituições.

Diante disso, os delegados presentes ao IX Congresso reiteram ao Cruesp a necessidade de manutenção da isonomia de reajuste salarial entre os servidores docentes e os servidores técnico-administrativos, no âmbito das três universidades, bem como a equivalência entre os pisos salariais dos servidores.

*Águas de São Pedro, 18 de novembro de 2011.
IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp*

Repúdio à presença policial e à ação truculenta contra estudantes e trabalhadores da USP

Os delegados presentes no IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp, realizado em Águas de São Pedro, de 15 a 18 de novembro, manifestam seu repúdio contra a ação policial em curso na Universidade de São Paulo (USP). A autorização da reitoria daquela universidade para a presença ostensiva da PM no campus desencadeou uma crise que já era anunciada.

Assim, os fatos que culminaram com as ações estudantis a partir dia 27/10/2011 eram esperados. A violenta operação de guerra montada pela PM do governo Alckmin para retirar os estudantes que ocupavam o prédio da reitoria foi grotesca: 400 policiais, armados até os dentes, bombas de gás, dezenas de viaturas e até helicópteros.

Os delegados presentes no IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp conclamam a direção da USP a fazer cessar a repressão policial, retirar a PM do campus e negociar seriamente com as entidades representativas de estudantes, professores e funcionários um plano de segurança para o campus, a partir de um efetivo próprio, treinado para defender a segurança da comunidade e não para reprimi-la.

Os delegados também manifestam seu repúdio à criminalização dos movimentos sociais na USP, onde há vários processos abertos contra trabalhadores e estudantes, e em todo o país.

*Águas de São Pedro, 18 de novembro de 2011.
IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp*

Plenária final**... moções aprovadas****Em defesa do vínculo e associação entre Centro Paula Souza e Unesp**

Os delegados presentes ao IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp, realizado em Águas de São Pedro, de 15 a 18 de novembro, manifestam-se na defesa da manutenção do vínculo e associação do Centro Paula Souza – órgão responsável pelas escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs) do estado de São Paulo – à Unesp.

O Centro Paula Souza (Ceeteps) foi criado em 1969 e, desde o surgimento da Unesp, em 1976, transformou-se em autarquia vinculada e associada à Universidade. A vinculação preserva a autonomia das duas instituições, inclusive financeira. Sua importância concentra-se no fato de que tem protegido o Ceeteps de incursões políticas indesejáveis, por parte do governo estadual. Embora venha expandindo vertiginosamente as ETECs e FATECs nos últimos anos, quase sempre sem recursos e infra-estrutura, o governo não esconde sua intenção de sucatear e privatizar estas escolas públicas.

Diante deste quadro, os servidores da Unesp presentes ao IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp referendam as reivindicações da comunidade do Ceeteps:

- A defesa da manutenção e aprofundamento do vínculo e associação do Ceeteps com a Unesp;
- Imediata implantação da Resolução Unesp 63/95, que prevê o aprofundamento do vínculo e associação, bem como define a organização do Ceeteps e a estrutura de seus órgãos administrativos, ampliando a composição do Conselho Deliberativo da autarquia, incluindo nele a participação de representantes da comunidade, eleitos por seus pares.

*Águas de São Pedro, 18 de novembro de 2011.
IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp*

Apoio aos servidores da Unicamp: A greve é justa! A Universidade e o governo, intransigentes!

Os delegados presentes ao IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp, realizado em Águas de São Pedro, de 15 a 18 de novembro, manifestam seu integral apoio e solidariedade aos servidores técnico-administrativos da Unicamp, em greve desde o dia 18 de outubro de 2011.

Organizada no Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp – STU, a categoria reivindica a equiparação salarial com os servidores da USP. Ao contrário do que tenta demonstrar a reitoria da Universidade, a greve não é uma medida apressada ou inconsequente. As tentativas de negociar vêm sendo feitas há tempos, sempre em vão. A intransigência está com o reitor da Unicamp, com o Cruesp e com o governo.

Consideramos justa e legítima a reivindicação da categoria, de isonomia com os pisos salariais e benefícios pagos na USP, ou seja, isonomia entre os pisos salariais das três universidades. Esta também é uma reivindicação dos servidores da Unesp.

Os delegados presentes ao IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp consideram que esta discriminação entre os servidores das três universidades é parte de um inaceitável projeto de desmonte da universidade pública de qualidade e conclamam a reitoria da Unicamp a negociar imediatamente com o sindicato da categoria.

*Águas de São Pedro, 18 de novembro de 2011.
IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp*

Alterações estatutárias

Os delegados presentes ao IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp aprovaram algumas alterações no Estatuto do Sintunesp, com o objetivo de aperfeiçoá-lo e corrigir distorções. O Estatuto é o documento que rege o Sindicato, definindo sua forma de organização, responsabilidades de seus dirigentes, direitos e deveres dos associados, entre outras.

No site do Sintunesp (www.sintunesp.org.br), confira a versão anterior e a atual, aprovada no IX Congresso.

Imagens do IX Congresso

